

REVISTA VIRTUAL DIREITO BRASIL

Volume 20 - Número 1 - 2026

Coordenação

Maria Bernadete Miranda

ISSN 2176-3259

Direito Brasil 
Publicações

**A REPÚBLICA DE PLATÃO:
A JUSTIÇA COMO HARMONIA ENTRE A ALMA HUMANA E A CIDADE**

Maria Bernadete Miranda¹

“Antes de buscar a justiça na cidade, é preciso aprender a reconhecê-la no pensamento e no coração do ser humano.”

Prólogo

A obra *A República*, escrita por Platão, é considerada um dos textos mais influentes da história da filosofia política e moral. Estruturada em forma de diálogo, a obra apresenta uma profunda reflexão sobre a justiça, a natureza da alma humana e a organização ideal da sociedade. Através das conversas conduzidas por Sócrates, Platão constrói uma investigação filosófica que ultrapassa os limites da política e alcança questões fundamentais sobre conhecimento, virtude e felicidade.

Desde suas primeiras linhas, o diálogo apresenta o método característico da filosofia socrática: o questionamento. Em vez de apresentar respostas definitivas de forma dogmática, Sócrates conduz seus interlocutores a examinar criticamente suas próprias opiniões. Esse processo revela que muitas das ideias aceitas pela sociedade são superficiais ou contraditórias, exigindo uma investigação mais profunda.

O contexto cultural da Grécia antiga exerce grande influência sobre a obra. No período em que Platão escreveu *A República*, as cidades gregas viviam intensos debates sobre democracia, poder político e justiça. A experiência histórica de crises políticas e conflitos sociais levou o filósofo a refletir sobre as condições necessárias para a construção de uma sociedade justa e estável.

Nesse cenário, Platão não se limita a descrever as formas de governo existentes, mas procura investigar os princípios que deveriam orientar uma cidade ideal. A obra apresenta, portanto, um projeto filosófico que busca compreender como a política pode ser organizada de modo a promover o bem comum e a virtude dos cidadãos.

Ao longo do diálogo, a cidade ideal funciona como um modelo teórico que permite analisar de maneira ampliada a natureza da justiça. Platão utiliza essa estratégia para mostrar que os problemas políticos estão profundamente ligados às disposições morais dos indivíduos. Assim, a organização da cidade reflete a estrutura da alma humana.

¹ Mestre e Doutora pela PUC/SP em Direito das Relações Sociais com ênfase em Direito Empresarial. Advogada e professora universitária.

Outro elemento fundamental do prólogo conceitual da obra é a relação entre conhecimento e poder. Platão defende que a política deve ser orientada pela sabedoria e não apenas pela ambição ou pela força. Essa ideia conduz à famosa tese de que os filósofos devem governar, pois são os únicos capazes de compreender o verdadeiro bem.

A obra também revela a preocupação de Platão com a educação. Para ele, a formação moral e intelectual dos cidadãos é indispensável para o funcionamento de uma sociedade justa. Sem educação adequada, as instituições políticas tendem a se corromper e a produzir desigualdades e injustiças.

Além disso, A República aborda temas que ultrapassam o campo da política, incluindo a natureza do conhecimento, a função da arte, a imortalidade da alma e o destino do ser humano. Essa amplitude temática explica por que a obra permanece relevante até os dias atuais.

O prólogo conceitual da obra, portanto, apresenta ao leitor um projeto filosófico ambicioso: investigar a justiça em todas as suas dimensões. A cidade, a alma e o conhecimento tornam-se elementos interligados de uma reflexão profunda sobre o sentido da vida humana.

Assim, Platão convida o leitor a participar de uma jornada intelectual que busca compreender como a razão, a virtude e a sabedoria podem orientar tanto a vida individual quanto a organização da sociedade.

Introdução

A introdução conceitual de A República apresenta ao leitor o tema central que orienta toda a obra: a investigação sobre a justiça. Por meio do diálogo filosófico conduzido por Sócrates, Platão procura compreender o que significa viver de maneira justa e qual é o papel da justiça na vida humana e na organização da sociedade.

A questão da justiça é apresentada inicialmente como um problema moral cotidiano. Diferentes personagens expressam opiniões comuns sobre o que significa agir de maneira justa. Essas definições iniciais refletem concepções populares baseadas na tradição, na autoridade ou na conveniência social.

Entretanto, à medida que o diálogo se desenvolve, torna-se evidente que essas definições são insuficientes para explicar a complexidade do conceito. O método socrático consiste justamente em examinar criticamente essas ideias, revelando suas limitações e contradições.

A partir desse processo, a investigação assume uma dimensão mais ampla. Sócrates sugere que a justiça pode ser compreendida com maior clareza quando observada na organização de uma cidade inteira. Essa proposta conduz à construção teórica da cidade ideal, que se torna o principal instrumento de análise da obra.

A cidade ideal permite identificar as funções e virtudes que sustentam uma comunidade equilibrada. Platão apresenta uma estrutura social baseada na divisão de funções entre governantes, guardiões e produtores. Cada grupo possui responsabilidades específicas que contribuem para o funcionamento harmonioso da sociedade.

Essa organização social reflete uma concepção mais profunda da natureza humana. Segundo Platão, a alma também possui diferentes partes, cada uma associada a determinados impulsos e capacidades. A justiça surge quando essas partes funcionam de maneira ordenada e equilibrada.

A obra também introduz a ideia de que o conhecimento desempenha papel fundamental na vida política. Governar uma cidade exige compreensão do bem e da verdade, qualidades que somente o filósofo pode alcançar plenamente. Por isso, Platão defende que o poder político deve estar associado à sabedoria.

Outro tema importante apresentado na introdução da obra é a educação. Platão considera que a formação moral e intelectual dos cidadãos é essencial para preservar a justiça e evitar a corrupção das instituições. A educação torna-se, portanto, um dos pilares da cidade ideal.

Ao longo da obra, Platão também examina as formas de governo existentes e mostra como elas podem se degradar quando deixam de respeitar os princípios da justiça e da razão. Essa análise revela a fragilidade das instituições políticas quando não são sustentadas por virtudes morais.

A introdução de *A República* estabelece, assim, o ponto de partida para uma investigação abrangente sobre a vida humana. Ao explorar as relações entre justiça, conhecimento, educação e política, Platão constrói uma das reflexões mais profundas da tradição filosófica ocidental.

Livro I

O primeiro livro de *A República* inicia-se com uma cena aparentemente simples: Sócrates desce ao porto do Pireu acompanhado de Glauco para participar de uma festividade religiosa. Esse cenário inicial introduz o leitor a um diálogo que, embora

comece de maneira cotidiana, rapidamente se transforma em uma profunda investigação filosófica sobre a natureza da justiça. A ambientação também revela o método característico do filósofo, que utiliza conversas e questionamentos para conduzir reflexões morais e políticas.

Durante a visita à casa de Céfalos, um homem idoso e respeitado, Sócrates inicia uma conversa sobre a velhice e sobre o modo como as pessoas lidam com o fim da vida. Céfalos afirma que a tranquilidade na velhice depende sobretudo de uma vida honesta e justa, pois a consciência tranquila permite enfrentar a morte sem temor. Esse ponto de partida conduz naturalmente ao tema central do diálogo: o que significa, de fato, ser justo.

Céfalos propõe uma definição inicial de justiça, afirmando que ela consiste basicamente em dizer a verdade e devolver aquilo que se tomou emprestado. Sócrates, porém, questiona essa definição ao apresentar situações hipotéticas nas quais devolver algo poderia causar dano, como devolver uma arma a alguém que esteja fora de si. Com esse exemplo, ele demonstra que uma definição simples não é suficiente para explicar a complexidade da justiça.

Após a saída de Céfalos do diálogo, seu filho Polemarco assume a discussão e reformula a ideia apresentada pelo pai. Para ele, a justiça consiste em fazer o bem aos amigos e o mal aos inimigos. Essa concepção, inspirada em tradições poéticas e morais da época, parece inicialmente plausível, pois associa a justiça à lealdade e à reciprocidade nas relações humanas.

Sócrates, contudo, examina essa definição com rigor. Ele questiona se os seres humanos são capazes de identificar com precisão quem são verdadeiramente seus amigos e inimigos, já que muitas vezes julgamos mal o caráter das pessoas. Assim, alguém poderia acabar fazendo mal a um homem justo por engano ou beneficiando um injusto, o que demonstraria que a definição não é confiável.

Além disso, Sócrates apresenta um argumento mais profundo: a justiça não pode consistir em prejudicar ninguém. Segundo ele, causar dano a alguém torna essa pessoa pior em relação à virtude. Portanto, se a justiça é uma virtude, ela não pode produzir injustiça ou degradação moral nos outros. Esse raciocínio enfraquece ainda mais a definição de Polemarco.

A discussão toma um novo rumo quando Trasímaco intervém de maneira agressiva no diálogo. Ele acusa Sócrates de apenas fazer perguntas sem apresentar respostas próprias e propõe uma visão radicalmente diferente da justiça. Para Trasímaco,

a justiça não é uma virtude moral universal, mas simplesmente aquilo que convém ao mais forte.

Segundo essa tese, cada governo estabelece leis que favorecem seus próprios interesses. Assim, aquilo que chamamos de justiça seria apenas a obediência às regras impostas pelos governantes. Dessa forma, a justiça serviria para manter o poder daqueles que dominam a sociedade.

Sócrates responde a essa provocação mostrando que os governantes, enquanto governantes verdadeiros, devem buscar o bem daqueles que governam, assim como um médico busca o bem de seus pacientes. Portanto, governar corretamente não seria uma forma de exploração, mas uma forma de serviço orientado ao bem comum.

O Livro I termina sem uma definição definitiva de justiça, mas estabelece o problema central que será desenvolvido ao longo de toda a obra. A discussão revela que as concepções comuns de justiça são insuficientes e precisam ser examinadas filosoficamente. Assim, Platão prepara o terreno para a investigação mais ampla que continuará nos livros seguintes, nos quais a justiça será analisada tanto na alma humana quanto na organização da cidade.

Livro II

O Livro II de A República, de Platão, marca o verdadeiro início da investigação filosófica sistemática sobre a justiça. Após o intenso debate com Trasímaco no livro anterior, Sócrates é desafiado por Glauco e Adimanto a aprofundar sua argumentação. Eles consideram que as respostas dadas até então não foram suficientes para demonstrar que a justiça é um bem desejável por si mesma, e não apenas por suas consequências externas.

Glauco inicia a nova etapa da discussão propondo uma classificação dos bens. Segundo ele, existem três tipos de bens: aqueles que desejamos apenas por si mesmos, como a alegria; aqueles que desejamos por si mesmos e por suas consequências, como a saúde; e aqueles que são desejados apenas por seus resultados, como tratamentos dolorosos que produzem benefícios. A questão central passa a ser determinar em qual dessas categorias a justiça deve ser colocada.

Sócrates afirma que a justiça pertence ao segundo grupo, isto é, aos bens que são valiosos tanto em si mesmos quanto por suas consequências. Glauco, porém, insiste que a maioria das pessoas não pensam assim. Para o senso comum, a justiça é algo praticado

apenas por necessidade, pois as pessoas temem sofrer injustiças maiores caso não respeitem as leis.

Para reforçar seu argumento, Glauco apresenta uma narrativa famosa: o mito do Anel de Gíges. Nesse relato, um homem encontra um anel que lhe concede o poder de se tornar invisível. Com essa capacidade, ele passa a agir sem medo de punição, cometendo injustiças para satisfazer seus desejos. O exemplo serve para demonstrar que, se as pessoas tivessem certeza de que não seriam punidas, muitas abandonariam a justiça.

O argumento de Glauco sugere que a justiça não seria escolhida por convicção moral, mas por conveniência social. As leis existiriam apenas para impedir que os indivíduos pratiquem injustiças uns contra os outros. Assim, a justiça seria resultado de um acordo entre pessoas que temem sofrer danos maiores caso não haja regras comuns.

Após a exposição de Glauco, Adimanto complementa a crítica. Ele observa que, desde a infância, as pessoas são ensinadas a valorizar a justiça principalmente por suas recompensas externas, como honra, reputação e recompensas divinas. Ao mesmo tempo, a injustiça é condenada não tanto por seu caráter moral, mas pelos castigos e prejuízos que pode trazer.

Adimanto argumenta que essa educação moral cria uma visão superficial da justiça. Os indivíduos aprendem a parecer justos, e não necessariamente a ser justos. Dessa forma, a aparência de virtude se torna mais valorizada do que a virtude verdadeira.

Esse desafio leva Sócrates a propor uma nova estratégia para investigar a justiça. Ele sugere que, em vez de analisá-la apenas no indivíduo, seria mais fácil observá-la em uma escala maior, isto é, na organização de uma cidade. Assim como as letras são mais fáceis de ler quando estão escritas em tamanho grande, a justiça poderia ser mais bem compreendida quando observada no funcionamento de uma comunidade inteira.

A partir dessa ideia, Sócrates inicia a construção teórica de uma cidade ideal. Ele afirma que as cidades surgem porque os seres humanos não são autossuficientes e dependem uns dos outros para satisfazer suas necessidades básicas. A divisão do trabalho aparece então como um princípio fundamental da organização social.

O Livro II termina com a introdução dessa cidade em sua forma mais simples, composta por indivíduos que cooperam para garantir alimentação, abrigo e vestuário. Essa primeira versão da cidade representa uma comunidade moderada e equilibrada. No entanto, seus interlocutores consideram essa cidade demasiado simples, o que abrirá

caminho, no livro seguinte, para o desenvolvimento de uma sociedade mais complexa e para o aprofundamento da investigação sobre a justiça.

Livro III

O Livro III de A República, obra de Platão, dá continuidade ao projeto iniciado no livro anterior: a construção teórica de uma cidade justa. Sob a condução de Sócrates, o diálogo passa a examinar com maior atenção a educação e a formação moral dos guardiões da cidade, aqueles que terão a responsabilidade de protegê-la e governá-la. A preocupação central é assegurar que esses indivíduos desenvolvam caráter virtuoso e disposição para o bem comum.

Inicialmente, Sócrates discute a necessidade de controlar as narrativas transmitidas às crianças, especialmente os mitos e poemas tradicionais. Muitas histórias atribuídas aos deuses apresentam comportamentos moralmente questionáveis, como enganos, traições ou disputas violentas. Para Sócrates, tais relatos podem corromper a formação moral dos jovens e, por isso, devem ser cuidadosamente selecionados.

Nesse contexto, a educação passa a ser vista como um instrumento essencial para moldar o caráter dos cidadãos. Sócrates defende que os jovens devem ouvir apenas histórias que apresentem modelos positivos de virtude, coragem e justiça. Assim, os mitos e ensinamentos devem contribuir para formar indivíduos que respeitem a verdade, a disciplina e a ordem moral.

Além da formação moral, o diálogo aborda a importância da música e da poesia na educação. Para os gregos, a música não se limitava ao aspecto artístico, mas incluía a formação cultural e espiritual. Sócrates sustenta que determinados estilos musicais promovem equilíbrio e autocontrole, enquanto outros estimulam desordem e excessos emocionais.

Outro elemento fundamental da educação dos guardiões é a ginástica. Enquanto a música forma a alma, a ginástica fortalece o corpo e contribui para o desenvolvimento da coragem e da disciplina. A harmonia entre corpo e alma é considerada essencial para a formação de cidadãos equilibrados e capazes de cumprir suas funções na cidade.

Sócrates alerta, entretanto, que tanto a música quanto a ginástica devem ser praticadas com moderação. Um excesso de rigor físico pode tornar o indivíduo rude e insensível, enquanto o excesso de refinamento musical pode torná-lo fraco ou

sentimental. O equilíbrio entre essas duas formas de educação garante a formação de um caráter harmonioso.

A discussão avança então para a definição de quem deve integrar a classe dos guardiões. Sócrates afirma que esses indivíduos precisam possuir qualidades específicas, como coragem, inteligência, lealdade e amor à cidade. Eles devem ser capazes de proteger a comunidade tanto contra inimigos externos quanto contra possíveis desordens internas.

Para garantir que os mais aptos ocupem essa posição, Sócrates sugere que os cidadãos sejam submetidos a um longo processo de observação e seleção. Aqueles que demonstrarem maior firmeza moral e compromisso com o bem comum serão escolhidos para governar, enquanto os demais desempenharão outras funções na sociedade.

Nesse contexto surge a ideia de que os governantes devem viver de maneira simples e sem apego a riquezas materiais. Sócrates argumenta que a busca por riqueza pode corromper o caráter dos governantes e desviá-los do verdadeiro objetivo da política, que é promover o bem da cidade.

O Livro III conclui reforçando a importância da educação e da disciplina moral na formação dos governantes e guardiões da cidade ideal. Platão sugere que uma sociedade justa depende não apenas de leis, mas principalmente da formação ética daqueles que exercem o poder. Assim, a estrutura política proposta começa a ganhar contornos mais definidos, preparando o caminho para a análise mais profunda da justiça que será desenvolvida nos livros seguintes.

Livro IV

No Livro IV de A República, de Platão, a discussão conduzida por Sócrates avança na construção da cidade ideal e se aproxima da definição mais clara da justiça. Após estabelecer a educação e o papel dos guardiões, o diálogo passa a examinar como a organização adequada da cidade pode revelar a natureza das virtudes fundamentais que sustentam uma sociedade justa.

A discussão começa quando Adimanto levanta uma objeção importante: se os guardiões vivem de maneira simples, sem riquezas e sem luxos, como poderiam ser considerados felizes? A pergunta coloca em questão o objetivo da cidade ideal. Sócrates responde que o propósito principal não é garantir a felicidade de um grupo específico, mas assegurar o bem-estar e a harmonia de toda a comunidade.

Segundo Sócrates, uma cidade bem-organizada não deve ser julgada pela riqueza ou conforto de uma de suas classes, mas pelo equilíbrio entre todas elas. Cada grupo social deve desempenhar sua função própria em benefício do conjunto. Dessa forma, a justiça social depende da cooperação ordenada entre as diferentes partes da comunidade.

A partir dessa perspectiva, Sócrates reforça a importância da especialização das funções. Em uma cidade bem estruturada, cada indivíduo exerce a atividade para a qual possui maior aptidão natural. Agricultores cultivam a terra, artesãos produzem bens necessários e os guardiões protegem e governam a cidade. Essa divisão do trabalho garante eficiência e estabilidade social.

Nesse momento do diálogo, Sócrates passa a identificar as principais virtudes presentes na cidade ideal. A primeira delas é a sabedoria, que se manifesta no conhecimento dos governantes. São eles que possuem a capacidade de deliberar sobre o que é melhor para a cidade como um todo.

A segunda virtude é a coragem, atribuída principalmente aos guardiões responsáveis pela defesa da cidade. A coragem consiste na firmeza em manter as convicções corretas sobre aquilo que deve ou não ser temido, mesmo diante de dificuldades ou perigos.

A terceira virtude é a temperança, que representa o autocontrole e a harmonia entre as diferentes partes da sociedade. A temperança garante que os cidadãos aceitem a autoridade legítima dos governantes e mantenham o equilíbrio entre desejos e razão.

Depois de identificar essas três virtudes, Sócrates afirma que resta ainda descobrir a quarta: a justiça. Ele sugere que, assim como em um enigma, a resposta esteve presente desde o início da discussão, mas ainda não havia sido claramente reconhecida.

A justiça, então, é definida como o princípio segundo o qual cada parte da cidade deve cumprir sua função própria sem interferir nas funções das outras. Quando governantes governam, guardiões defendem e produtores trabalham de acordo com suas aptidões, estabelece-se uma ordem harmoniosa que caracteriza uma cidade justa.

O Livro IV conclui com uma importante transição conceitual. Sócrates afirma que, assim como a cidade possui diferentes partes e virtudes correspondentes, a alma humana também possui uma estrutura semelhante. Essa analogia entre cidade e alma abre caminho para a investigação psicológica que será desenvolvida nos livros seguintes, aprofundando a compreensão da justiça como harmonia interior do indivíduo.

Livro V

O Livro V de A República, de Platão, representa um dos momentos mais marcantes e controversos da obra. Após definir a justiça como a harmonia entre as partes da cidade e da alma, Sócrates é convidado por seus interlocutores a explicar mais detalhadamente algumas ideias que haviam sido mencionadas anteriormente, especialmente aquelas relacionadas à organização da classe dos guardiões. Essa parte do diálogo aprofunda o caráter radical da cidade ideal proposta por Platão.

A discussão começa quando Sócrates é pressionado a esclarecer suas propostas sobre a vida dos guardiões. Ele afirma que, para garantir a unidade da cidade, os guardiões não devem possuir propriedade privada nem formar famílias tradicionais. Em vez disso, sua vida deve ser organizada de forma comunitária, com o objetivo de evitar conflitos de interesse e rivalidades pessoais.

Uma das propostas mais inovadoras apresentadas nesse livro é a igualdade entre homens e mulheres na classe dos guardiões. Sócrates argumenta que as diferenças naturais entre os sexos não impedem que as mulheres participem das mesmas funções que os homens, desde que possuam as capacidades necessárias. Assim, mulheres também podem ser educadas como guardiãs e exercer funções de defesa e governo.

Essa posição representa uma ruptura significativa com as concepções tradicionais da sociedade grega da época. Para Sócrates, o critério fundamental para atribuir funções na cidade não deve ser o sexo, mas a aptidão natural de cada indivíduo. Dessa forma, homens e mulheres devem receber a mesma educação e treinamento quando possuírem talentos semelhantes.

Outro aspecto polêmico da proposta é a organização da reprodução entre os guardiões. Sócrates sugere que as uniões entre homens e mulheres sejam reguladas pela cidade, com o objetivo de favorecer o nascimento de crianças com melhores disposições naturais. Essa ideia está associada à tentativa de garantir a excelência da classe dirigente ao longo das gerações.

Nesse modelo, os filhos dos guardiões não conheceriam seus pais biológicos, sendo educados coletivamente pela comunidade. O objetivo dessa medida seria fortalecer o sentimento de unidade entre os cidadãos e evitar favoritismos familiares que poderiam prejudicar o interesse comum.

Durante o diálogo, Sócrates reconhece que essas propostas podem parecer estranhas ou difíceis de aceitar. No entanto, ele insiste que tais medidas são necessárias

para preservar a harmonia da cidade ideal. A eliminação da propriedade privada e das relações familiares tradicionais entre os guardiões teria como finalidade impedir a corrupção e o egoísmo.

A partir desse ponto, o debate conduz a uma das ideias mais famosas da obra: a necessidade de que os filósofos governem a cidade. Sócrates afirma que as cidades só alcançarão verdadeira justiça quando os filósofos se tornarem governantes ou quando os governantes se dedicarem sinceramente à filosofia.

Segundo essa concepção, os filósofos são os mais aptos a governar porque buscam o conhecimento da verdade e do bem. Diferentemente daqueles que buscam poder ou riqueza, os filósofos são guiados pelo desejo de compreender a realidade e agir de acordo com princípios racionais.

O Livro V termina estabelecendo essa tese fundamental: a cidade justa depende da união entre poder político e sabedoria filosófica. Essa ideia prepara o caminho para os livros seguintes, nos quais Platão investigará mais profundamente a natureza do filósofo e o tipo de conhecimento que o torna apto a governar.

Livro VI

No Livro VI de A República, de Platão, o diálogo aprofunda a tese apresentada no livro anterior de que os filósofos devem governar a cidade ideal. Sócrates passa a explicar por que apenas os filósofos possuem as qualidades necessárias para exercer o poder de maneira justa. A discussão concentra-se na natureza do verdadeiro filósofo e na diferença entre o conhecimento autêntico e a simples opinião.

Sócrates começa distinguindo aqueles que amam a sabedoria daqueles que apenas apreciam aparências ou conhecimentos superficiais. O verdadeiro filósofo não se contenta com opiniões variáveis ou com percepções sensoriais instáveis. Ele busca compreender a essência das coisas, aquilo que permanece constante e verdadeiro.

Essa busca conduz ao conceito das Formas ou Ideias, um dos fundamentos da filosofia platônica. Segundo Sócrates, as realidades sensíveis que percebemos no mundo são imperfeitas e mutáveis. Por trás delas existe uma realidade mais elevada e permanente, composta pelas Formas, que representam os modelos perfeitos de todas as coisas.

Nesse contexto, o filósofo é aquele que orienta sua inteligência para conhecer essas verdades permanentes. Enquanto a maioria das pessoas permanece presa às

aparências do mundo sensível, o filósofo procura compreender a realidade inteligível. Essa capacidade de elevar o pensamento acima das ilusões torna-o particularmente apto para governar.

Entretanto, Sócrates reconhece que, nas cidades reais, os filósofos frequentemente são desprezados ou mal compreendidos. Muitas vezes são considerados inúteis ou excêntricos. Para explicar essa situação, ele utiliza a famosa metáfora do navio.

Nessa metáfora, a cidade é comparada a um navio em que o verdadeiro piloto, que possui conhecimento da navegação, é ignorado pela tripulação. Em vez disso, os marinheiros disputam o controle do leme, mesmo sem possuir as habilidades necessárias para conduzir a embarcação. Assim ocorre nas cidades, onde o poder muitas vezes é exercido por pessoas sem verdadeiro conhecimento político.

Segundo Sócrates, o problema não está na filosofia, mas nas condições sociais que impedem seu pleno desenvolvimento. Em sociedades dominadas por ambição, riqueza e rivalidades, os indivíduos verdadeiramente filosóficos raramente conseguem exercer influência política.

Por isso, Platão insiste na necessidade de uma educação adequada para formar governantes filósofos. Apenas um sistema educacional rigoroso e orientado para a busca da verdade pode preparar indivíduos capazes de compreender o bem e governar de forma justa.

Nesse ponto do diálogo surge uma das ideias mais importantes da obra: o conceito do Bem. Sócrates afirma que o Bem é a realidade suprema que dá sentido e inteligibilidade a todas as outras Formas. Conhecer o Bem é essencial para governar corretamente, pois ele orienta todas as decisões morais e políticas.

O Livro VI termina destacando que o conhecimento do Bem é a meta mais elevada da filosofia. Assim como o sol ilumina o mundo visível, o Bem ilumina o mundo inteligível e torna possível o conhecimento verdadeiro. Essa comparação introduz a célebre analogia do sol, que será aprofundada no livro seguinte, preparando o caminho para uma reflexão ainda mais profunda sobre a natureza do conhecimento e da realidade.

Livro VII

O Livro VII de A República, de Platão, contém uma das passagens mais conhecidas de toda a história da filosofia: a alegoria da caverna. Nesse trecho, Sócrates procura explicar de maneira simbólica a diferença entre ignorância e conhecimento

verdadeiro, bem como o processo de formação intelectual e moral que conduz o filósofo à compreensão da verdade.

A alegoria apresenta um grupo de pessoas que vive acorrentado dentro de uma caverna desde o nascimento. Esses prisioneiros estão voltados para uma parede e não conseguem olhar para trás. Atrás deles há uma fogueira, e entre o fogo e os prisioneiros passam objetos que projetam sombras na parede. Como nunca viram outra coisa, os prisioneiros acreditam que essas sombras constituem a realidade.

Nesse cenário, as sombras representam as aparências do mundo sensível, enquanto a caverna simboliza a condição de ignorância em que vivem a maioria das pessoas. Os prisioneiros tomam imagens imperfeitas como se fossem a própria realidade, pois nunca tiveram contato com algo mais verdadeiro.

Sócrates imagina então que um dos prisioneiros é libertado e começa a perceber a verdadeira origem das sombras. Inicialmente, a luz do fogo o incomoda e causa confusão. Essa etapa simboliza o desconforto que frequentemente acompanha o processo de aprendizado, quando antigas crenças são questionadas.

Gradualmente, o prisioneiro liberto é conduzido para fora da caverna. Ao sair, ele se depara com a luz do sol e com a realidade do mundo exterior. No começo, seus olhos têm dificuldade para se adaptar, mas aos poucos ele passa a reconhecer a verdadeira natureza das coisas.

O sol, nessa alegoria, representa a ideia do Bem, conceito central na filosofia de Platão. Assim como o sol ilumina o mundo físico e torna possível a visão, o Bem ilumina o mundo inteligível e permite que o ser humano compreenda a verdade.

Depois de contemplar o mundo exterior, o prisioneiro percebe que sua vida anterior na caverna era marcada pela ilusão. Ele entende que aquilo que antes considerava realidade era apenas uma representação imperfeita. Esse momento simboliza o despertar filosófico e a conquista do conhecimento verdadeiro.

Entretanto, Sócrates afirma que o filósofo não deve permanecer apenas na contemplação da verdade. Ele tem o dever de retornar à caverna para ajudar os demais prisioneiros a se libertarem da ignorância. Essa ideia reforça a responsabilidade política do filósofo.

Contudo, ao retornar à caverna, o indivíduo que viu a luz encontra dificuldades para convencer os outros prisioneiros. Seus olhos, acostumados à claridade, têm dificuldade de enxergar novamente na escuridão, e os demais podem considerá-lo confuso

ou até perigoso. Esse detalhe simboliza a resistência da sociedade diante de ideias novas e transformadoras.

O Livro VII prossegue abordando o processo educacional necessário para formar governantes filósofos. Platão apresenta um currículo que inclui disciplinas como matemática, geometria, astronomia e dialética. Essas áreas do conhecimento ajudam a mente a se afastar das aparências sensíveis e a desenvolver a capacidade de compreender princípios universais.

O livro conclui reafirmando que a educação filosófica é um longo processo de formação intelectual e moral. Apenas aqueles que conseguem percorrer esse caminho até o conhecimento do Bem estão verdadeiramente preparados para governar. Dessa forma, Platão consolida a ideia de que o poder político deve estar nas mãos daqueles que possuem sabedoria e compromisso com a verdade.

Livro VIII

No Livro VIII de A República, de Platão, o diálogo conduzido por Sócrates passa a examinar as formas imperfeitas de governo que surgem quando a cidade ideal começa a se corromper. Após descrever a estrutura da cidade justa governada por filósofos, Platão procura explicar como as instituições políticas podem se degradar ao longo do tempo e dar origem a regimes cada vez mais injustos.

Sócrates afirma que toda organização política está sujeita a mudanças e transformações. Mesmo uma cidade bem estruturada pode sofrer declínio quando seus princípios fundamentais deixam de ser respeitados. Assim, o filósofo apresenta uma sequência de regimes políticos que representam estágios progressivos de decadência moral e política.

O primeiro regime que surge a partir da degeneração da aristocracia — forma de governo ideal baseada na sabedoria — é a timocracia. Nesse sistema, o poder passa a ser dominado por indivíduos que valorizam principalmente a honra e a glória militar. Embora ainda existam elementos de disciplina e ordem, o amor pela sabedoria já começa a ser substituído pela ambição e pelo espírito competitivo.

A timocracia é caracterizada por uma sociedade que admira a coragem e o prestígio militar. Os governantes são frequentemente líderes guerreiros, e a educação enfatiza a força e a disciplina. No entanto, esse modelo tende a favorecer a rivalidade e o

desejo de reconhecimento pessoal, o que gradualmente enfraquece a busca pelo bem comum.

Com o tempo, segundo Sócrates, a timocracia evolui para a oligarquia. Nesse regime, o critério principal para exercer o poder deixa de ser a honra e passa a ser a riqueza. Apenas aqueles que possuem grandes propriedades ou recursos financeiros têm acesso às posições de governo.

A oligarquia gera uma profunda divisão social entre ricos e pobres. A concentração de riqueza nas mãos de poucos cria tensões internas e enfraquece a unidade da cidade. Ao mesmo tempo, muitos cidadãos são excluídos da participação política, o que aumenta o ressentimento e a instabilidade social.

Essas desigualdades acabam conduzindo ao surgimento da democracia. Nesse novo regime, a população se revolta contra o domínio dos ricos e passa a reivindicar maior liberdade e participação política. A democracia se caracteriza pela valorização da liberdade individual e pela igualdade formal entre os cidadãos.

Embora a democracia ofereça maior liberdade, Sócrates aponta que ela também pode gerar excessos. Quando a liberdade é levada ao extremo, as normas e hierarquias tradicionais deixam de ser respeitadas. Cada indivíduo passa a viver conforme seus próprios desejos, sem orientação clara para o bem comum.

Essa situação de desordem e instabilidade abre caminho para a forma mais extrema de degeneração política: a tirania. Em meio ao caos e aos conflitos, surge um líder que promete restaurar a ordem e proteger o povo. Inicialmente apoiado pelas massas, esse líder gradualmente concentra poder e elimina seus opositores.

O Livro VIII termina com a descrição da tirania como o regime mais injusto e opressivo. Nesse sistema, o governante busca apenas satisfazer seus próprios interesses e manter o poder a qualquer custo. Platão demonstra, assim, como o abandono da sabedoria e da justiça pode levar à degradação completa da vida política.

Livro IX

No Livro IX de A República, de Platão, o diálogo conduzido por Sócrates aprofunda a análise iniciada no livro anterior sobre a tirania, considerada a forma mais degradada de governo. A reflexão passa então a examinar não apenas a estrutura política desse regime, mas também o tipo de alma que corresponde ao tirano. Platão procura

demonstrar que, assim como as cidades possuem diferentes formas de organização, os indivíduos também apresentam diferentes disposições interiores.

Sócrates afirma que o tirano é governado por desejos desordenados e excessivos. Enquanto o homem justo possui uma alma harmoniosa, na qual a razão exerce controle sobre as paixões, o tirano é dominado por impulsos irracionais. Esses desejos podem incluir ambições ilimitadas por poder, prazer ou riqueza, levando o indivíduo a agir sem limites morais.

Essa condição interior torna o tirano profundamente infeliz, mesmo que possua grande poder externo. Embora possa parecer poderoso e temido, ele vive constantemente atormentado pelo medo, pela desconfiança e pela necessidade de manter seu domínio sobre os outros. Assim, sua vida é marcada por ansiedade e insegurança.

Sócrates argumenta que o tirano, ao conquistar o poder político, acaba reproduzindo em escala social o mesmo desequilíbrio presente em sua alma. Ele governa movido por interesses pessoais e utiliza a força para manter o controle da cidade. A política se transforma, então, em instrumento de opressão e exploração.

Outro aspecto destacado por Sócrates é que o tirano precisa constantemente eliminar possíveis rivais ou opositores. Para preservar seu poder, ele recorre à violência, à perseguição e à manipulação. Como consequência, vive cercado de inimigos e perde a confiança até mesmo daqueles que o cercam.

Platão utiliza essa análise para demonstrar que a injustiça não traz verdadeira felicidade. Mesmo que o tirano alcance riqueza e autoridade, sua vida permanece desordenada e cheia de conflitos interiores. O poder externo não é capaz de compensar a ausência de equilíbrio na alma.

Em contraste com essa figura, Sócrates apresenta o filósofo como modelo de vida justa e equilibrada. O filósofo orienta sua existência pela razão e pela busca do conhecimento. Sua alma é organizada de maneira harmoniosa, o que lhe proporciona uma forma mais profunda e duradoura de felicidade.

O diálogo também aborda a natureza dos prazeres humanos. Sócrates distingue entre prazeres inferiores, ligados ao corpo e aos desejos imediatos, e prazeres superiores, associados ao intelecto e à contemplação da verdade. Para Platão, os prazeres intelectuais são mais elevados e mais autênticos.

Nesse contexto, o filósofo é considerado o indivíduo mais apto a experimentar o verdadeiro prazer, pois sua mente está voltada para realidades mais profundas e

duradouras. Ao contrário do tirano, que vive escravo de desejos insaciáveis, o filósofo encontra satisfação na ordem e na compreensão do mundo.

O Livro IX conclui reforçando a tese central de A República: a justiça não é apenas uma virtude social, mas também uma condição essencial para a felicidade humana. A alma justa, governada pela razão, alcança harmonia interior e plenitude. Assim, Platão reafirma que a vida justa é superior à vida injusta, tanto no plano individual quanto no político.

Livro X

O Livro X de A República, de Platão, encerra a longa investigação filosófica conduzida por Sócrates acerca da justiça, da natureza da alma e da organização da cidade ideal. Nesse momento final da obra, Platão retoma alguns temas discutidos anteriormente e introduz novas reflexões sobre a arte, a imortalidade da alma e o destino humano após a morte.

A primeira parte do livro aborda uma crítica à poesia e às artes imitativas. Sócrates argumenta que muitas formas de arte, especialmente a poesia dramática, são baseadas na imitação das aparências do mundo sensível. Como esse mundo já é uma cópia imperfeita das Formas ideais, a arte imitativa seria uma representação ainda mais distante da verdade.

Segundo essa perspectiva, o artista não produz conhecimento verdadeiro, mas apenas imagens que despertam emoções e ilusões. A arte pode influenciar profundamente o comportamento humano, mas nem sempre de maneira positiva. Por isso, Platão demonstra preocupação com o impacto que certas representações artísticas podem ter na formação moral dos cidadãos.

Sócrates sustenta que a poesia frequentemente estimula emoções desordenadas, como lamentações excessivas ou paixões descontroladas. Em vez de fortalecer a razão e o autocontrole, ela pode alimentar aspectos irracionais da alma. Dessa forma, a presença da poesia na cidade ideal deve ser cuidadosamente regulada.

Apesar dessa crítica, Platão reconhece que a poesia possui grande força cultural e emocional. O problema, segundo ele, não está na arte em si, mas na ausência de critérios que orientem sua influência sobre a vida moral e política. Assim, apenas aquelas expressões artísticas que contribuam para a formação da virtude deveriam ser aceitas.

Na segunda parte do livro, a discussão volta-se para a natureza da alma humana. Sócrates argumenta que a alma é imortal e não pode ser destruída por nenhum mal físico ou moral. Essa ideia reforça a importância da justiça, pois as ações humanas possuem consequências que ultrapassam a vida presente.

A imortalidade da alma implica que as escolhas morais feitas durante a vida têm impacto duradouro. A justiça e a injustiça moldam o caráter da alma, influenciando seu destino futuro. Assim, a vida ética não é apenas uma questão social, mas também uma realidade espiritual.

Para ilustrar essa ideia, Platão apresenta o famoso mito de Er. Nesse relato, um guerreiro chamado Er morre em batalha, mas retorna à vida para contar o que viu no além. Ele descreve como as almas são julgadas após a morte e recebem recompensas ou punições conforme suas ações durante a vida.

No mito, as almas justas experimentam recompensas e felicidade, enquanto as injustas enfrentam punições proporcionais aos seus atos. Após esse período, as almas escolhem novas vidas antes de retornar ao mundo dos vivos. Esse processo revela que a responsabilidade moral acompanha cada indivíduo ao longo de múltiplas existências.

Um aspecto importante do mito é que cada alma escolhe seu próprio destino. Algumas, guiadas pela sabedoria adquirida, fazem escolhas prudentes. Outras, movidas por ignorância ou ambição, escolhem vidas que novamente conduzem ao sofrimento. Essa parte da narrativa enfatiza o valor do conhecimento e da reflexão moral.

O Livro X conclui reafirmando a mensagem central de A República: a justiça é a base de uma vida verdadeiramente boa. Tanto na organização da cidade quanto na formação da alma, a harmonia entre razão, virtude e conhecimento conduz à felicidade autêntica. Assim, Platão encerra sua obra convidando o leitor a escolher o caminho da justiça e da sabedoria como fundamento de uma vida plena.

Conclusão

A reflexão desenvolvida ao longo de A República, de Platão, conduz o leitor a uma compreensão mais profunda da justiça como princípio fundamental da vida humana e da organização da sociedade. Através do diálogo conduzido por Sócrates, a obra demonstra que a justiça não pode ser reduzida a simples convenções sociais ou a regras impostas pelo poder político. Trata-se, antes, de uma virtude essencial que garante a harmonia tanto da cidade quanto da alma humana.

Ao investigar a justiça no âmbito da cidade ideal, Platão apresenta um modelo teórico de organização social baseado na cooperação entre diferentes funções. Governantes, guardiões e produtores desempenham papéis distintos, mas complementares, assegurando o equilíbrio e a estabilidade da comunidade. A justiça manifesta-se precisamente quando cada parte da sociedade cumpre sua função própria sem interferir indevidamente nas demais.

Esse princípio político reflete uma concepção mais profunda da natureza humana. Assim como a cidade possui diferentes classes com funções específicas, a alma humana também é composta por diferentes partes. A razão, os impulsos e os desejos precisam coexistir em equilíbrio para que o indivíduo alcance uma vida justa e ordenada.

Nesse sentido, a justiça torna-se sinônimo de harmonia interior. Quando a razão governa e orienta as demais dimensões da alma, o indivíduo é capaz de agir com prudência, coragem e moderação. Essa estrutura moral permite que a pessoa viva de forma equilibrada e encontre uma forma autêntica de felicidade.

Outro aspecto central da obra é a relação entre conhecimento e poder. Platão sustenta que o governo deve ser exercido por aqueles que possuem verdadeiro conhecimento do bem. A famosa tese de que os filósofos devem governar expressa a convicção de que a sabedoria é indispensável para orientar as decisões políticas em benefício do bem comum.

A educação ocupa papel decisivo nesse projeto filosófico. Para Platão, apenas uma formação rigorosa e orientada para a verdade pode preparar indivíduos capazes de exercer o poder de forma justa. A educação filosófica conduz o ser humano a superar as ilusões do mundo sensível e a buscar o conhecimento das realidades permanentes.

Ao mesmo tempo, a obra alerta para os riscos da degeneração política. Quando a busca pela sabedoria é abandonada, as cidades podem se transformar em regimes dominados pela ambição, pela riqueza ou pela tirania. A análise das diferentes formas de governo revela como a ausência de virtude conduz ao declínio moral e político.

A reflexão sobre a tirania mostra que a injustiça não gera verdadeira felicidade. O tirano, apesar de seu poder aparente, vive dominado por desejos desordenados e pela insegurança constante. Em contraste, o indivíduo justo possui uma alma harmoniosa e encontra satisfação na ordem interior.

Assim, Platão conclui que a justiça é desejável não apenas por seus efeitos sociais, mas por seu valor intrínseco. A vida justa é superior à vida injusta porque promove a integridade moral e a verdadeira realização humana.

A conclusão de *A República* reafirma, portanto, a ideia de que a busca pela justiça, pela verdade e pela sabedoria constitui o fundamento de uma vida plenamente humana. A filosofia torna-se, assim, um caminho para a construção de uma sociedade mais equilibrada e de indivíduos mais conscientes de sua própria natureza.

Epílogo

O epílogo conceitual de *A República*, obra de Platão, reforça a dimensão ética e espiritual da reflexão apresentada ao longo do diálogo. Depois de examinar a justiça sob diferentes perspectivas — política, moral e filosófica — a obra conclui com uma mensagem que transcende o contexto histórico da Grécia antiga e permanece relevante para a reflexão contemporânea.

A investigação sobre a justiça conduz o leitor à percepção de que a organização da cidade e a formação da alma humana estão profundamente interligadas. Uma sociedade justa depende de cidadãos virtuosos, e cidadãos virtuosos só podem se desenvolver em um ambiente que valorize a educação, a verdade e a responsabilidade moral.

Nesse sentido, a obra propõe uma visão integrada da vida humana. A política, a ética e o conhecimento não são esferas separadas, mas dimensões complementares de uma mesma realidade. A busca pelo bem comum exige não apenas instituições adequadas, mas também indivíduos comprometidos com a virtude.

O pensamento de Platão revela uma profunda confiança na capacidade da razão humana de orientar a vida social. Para o filósofo, o conhecimento do bem constitui a base de todas as decisões justas. Quando a razão governa a alma e inspira a organização da cidade, torna-se possível construir uma ordem mais equilibrada.

Ao mesmo tempo, *A República* reconhece as dificuldades desse ideal. A ignorância, as paixões desordenadas e os interesses particulares frequentemente desviam os indivíduos do caminho da justiça. Por isso, a filosofia é apresentada como um esforço permanente de reflexão e autoconhecimento.

O papel do filósofo, nesse contexto, não se limita à contemplação da verdade. Ele também possui a responsabilidade de contribuir para o aperfeiçoamento da vida coletiva.

A filosofia torna-se, assim, uma atividade profundamente ligada à vida política e à formação da consciência moral.

A alegoria da caverna, apresentada no Livro VII, simboliza essa missão filosófica. O filósofo que contempla a luz da verdade é chamado a retornar à caverna para ajudar os outros a superar a ignorância. Esse gesto representa o compromisso com a educação e com o progresso moral da sociedade.

A obra também deixa claro que a justiça não depende apenas de estruturas externas de poder. Ela nasce, sobretudo, da ordem interior da alma. A verdadeira transformação social começa quando os indivíduos cultivam virtudes como sabedoria, coragem, temperança e justiça.

Ao encerrar sua reflexão, Platão sugere que cada pessoa deve assumir a responsabilidade por suas escolhas e por seu próprio desenvolvimento moral. A filosofia oferece instrumentos para compreender a realidade, mas a decisão de viver de maneira justa pertence a cada indivíduo.

O epílogo de *A República* convida, portanto, o leitor a continuar a reflexão iniciada no diálogo. A busca pela justiça, pela verdade e pelo bem permanece como tarefa permanente da humanidade, inspirando gerações a pensar criticamente sobre a vida política, moral e espiritual.

Afinal, “*Somente quando a razão ilumina a alma e orienta a vida comum é que a justiça deixa de ser um ideal distante e se torna caminho de verdadeira felicidade.*”

Referências Bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. *História da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

_____. *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GUTHRIE, W. K. C. *História da filosofia grega*. São Paulo: Loyola, 1995.

JAEGER, Werner. *Paideia: A formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

KIRK, G. S.; RAVEN, J. E.; SCHOFIELD, M. *Os filósofos pré-socráticos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

NUNES, Benedito. *Introdução à filosofia da arte*. São Paulo: Ática, 1999.

PLATÃO. *A república*. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

PLATÃO. *A república*. Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Coleção Os Pensadores).

PLATÃO. *A república*. Tradução de Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da filosofia: antiguidade e idade média*. São Paulo: Paulus, 2003.

RUSSELL, Bertrand. *História da filosofia ocidental*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SANTOS, José Trindade. *Para ler Platão*. São Paulo: Loyola, 2008.

VEGETTI, Mario. *Guia de leitura da república de Platão*. São Paulo: Loyola, 2010.

Revista Virtual Direito Brasil
Volume 20 - Número 1 - 2026

ISSN 2176-3259